

A crise da engenharia, a Rio-92 e o Neoliberalismo do governo

O Rio de Janeiro está sendo palco do maior evento ecológico já realizado em nosso país, cujos resultados, certamente, terão enorme repercussão e influência no meio ambiente do mundo inteiro.

Ao mesmo tempo em que nos regozijamos em abrigar acontecimento tão vital para a sobrevivência das gerações futuras, preocupamos que a engenharia brasileira, força motriz para as transformações necessárias que preservem nosso ecossistema, viva a pior fase de sua história.

A redução drástica dos investimentos públicos, decorrente da política recessiva imposta pelo governo federal, tem ameaçado nosso acervo técnico-científico, causando desemprego e desmantelam inúmeras empresas de engenharia. A demolição do patrimônio erguido por várias gerações coloca em risco qualquer projeto futuro para a Nação.

Somente no setor de consultoria houve uma amarga redução na oferta de emprego de 44 mil para 22 mil nos últimos dois anos.

A crise é tão grave que se reflete na baixa destinação de verbas à pesquisa e à tecnologia no país que gasta, por ano, apenas US\$ 15 por habitante em pesquisa e desenvolvimento, contra US\$ 619 do Japão, US\$ 576 da Alemanha,

US\$ 567 dos E.U.A., US\$ 390 da França e US\$ 296 da Grã-Bretanha.

O próprio ensino da engenharia, bem como das outras profissões, está comprometido, pois apenas 16% dos nossos adolescentes estão na escola, enquanto, no Japão, tal índice atinge 95%.

A defesa da ecologia fica seriamente ameaçada nessas circunstâncias. Como resguardá-la se se permite deteriorar os recursos humanos, materiais e científicos, básicos e indispensáveis ao nosso meio ambiente, à flora e à fauna.

O Governo, em vez de reverter esse quadro dramático e assegurar a recuperação do processo produtivo, geração de rendas e ampliação de empregos, acena com uma proposta social-liberal na prática, só liberal -, neologismo do tradicional "laissez-faire".

De que adianta apregoar direitos e oportunidades iguais para todos se, no cotidiano, apenas 1% da população tem acesso a esses direitos? De que vale defender uma economia de mercado se, na realidade, poucos privilegiados têm acesso a esse tão decantado mercado?

Dos direitos históricos e sagrados do homem, afirmaram-se, no país, os direitos de liberdade e os direitos políticos. Os direitos sociais, porém, foram relegados a um plano secundário. Não

basta apenas proclamá-los. Há que se criar condições concretas e efetivas para que eles sejam desfrutados.

Os direitos dos cidadãos são inerentes à prática democrática. A democracia política tem que, necessariamente, ser acompanhada da democracia no plano econômico e social, visto que, sem direitos reconhecidos e protegidos, não há verdadeira democracia; sem democracia, não existirão condições mínimas para o país emergir da crise.

O liberalismo econômico praticado pelo Governo, muito ao contrário de assegurar os direitos sociais básicos e prementes dos brasileiros, tem agravado a distribuição de renda e comprometido, seriamente, o desenvolvimento do país.

O liberalismo econômico não só está agravando o estado de pobreza da população, privando-a do superfluo, como a está conduzindo ao estado de miséria, que é a privação do essencial.

E não será com a extinção do monopólio estatal do petróleo e dos demais garantidos pela Constituição, subordinando a soberania do país e os interesses nacionais ao capital estrangeiro, que o país encontrará a solução dos seus problemas. Entre 1977 e 1989 foram assinados 243 contratos de risco com as 35 maiores empresas de petró-

leo do mundo, que tiveram à sua disposição 80% das bacias sedimentares brasisleiras e nada produziram.

Em período muito menor, a Petróbras elevou a produção de petróleo e gás natural equivalente de 160 mil barris/dia para 790 mil barris/dia, investindo US\$ 26 bilhões contra US\$ 1,8 bilhão dos contratos de risco.

Ressalta-se, ainda, que das 50 maiores empresas de petróleo do mundo, que detêm 85% da produção mundial, 30 são estatais com 93% das reservas.

Ao invés dessas iniciativas, o Governo conseguiu parcela substancial dos recursos necessários para o desenvolvimento social e preservação do meio ambiente, evitando o subfaturamento das exportações, o superfaturamento das importações, a injusta transferência de renda (US\$ 87 bilhões de juros da dívida pagos na última década), combatendo a fome, promovendo a recuperação dos salários, reduzindo a brutal e desumana distribuição de renda e apurando, com rigor, as denúncias veiculadas na imprensa com vistas ao fim da impunidade que hoje comove o país.

Miguel Bahury - (Diretor Financeiro do Clube de Engenharia; Ex-Secretário Municipal de Transportes; Ex-Presidente do Metrô e da CET-Rio)